

O  
PARAHYBANO

30 DE JANEIRO  
DE 1892

# O PARAHYBA

ORGÃO DO POVO

ANNO	Assignatura CAPITAL	PARAHYBA DO NORTE	Assignatura INTERIORE E ESTADOS	N. 11
I	Por mez.....1\$000 Polha avulsa.....100 Pagamento adiantado	SABBADO 30 DE JANEIRO DE 1892	Por trimestre...4\$000 Editaes e apedido al. 100 Annuncio idem 60 rs.	

«OPARAHYBANO» PUBLICA-SE ÀS  
TERÇAS, QUINTAS E SABBADOS.

## GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA GO-  
VERNATIVA

DIA 25

### Portarias

Exonerando os cidadãos Aquilino Cavalcante de Albuquerque, Leonardo Pereira de Barros e José Pereira de Castro dos cargos de presidente e membros do conselho de intendencia do municipio de Cabaceiras e nomeando para os referidos cargos os cidadãos tenente José de Barros Lima, João Leopoldino de Albuquerque Leal e Firmino de Souza Rolim, na ordem em que estão escriptos seus nomes.

Exonerando dos de membros substitutos do referido conselho os cidadãos Gonçalo Pereira de Castro, Trajano Gomes Meira e Manoel Vicente Guimarães, e nomeando para substituí-los os cidadãos Dionizio de Souza Brandão, José da Rocha Pinto e Ignacio Pereira de Macedo.

Exonerando dos de 1.º e 2.º membros do conselho de intendencia do municipio de Misericordia os cidadãos Napoleão Carlos Brunet e Anísio Pereira Carnaúba e nomeando para os de 1.º, 2.º e 3.º ditos os cidadãos Antonio Thomaz de Araújo Aquino, Antonio Lopes de Souza e Anísio Pereira Carnaúba.

Exonerando dos de 1.º, 2.º e 3.º membros substitutos do mesmo conselho os cidadãos Antonio de Freitas Oliveira, José Roque da Fonseca e Francisco Pereira Cordão e nomeando para substituí-los os cidadãos Jonas Jeremias Fiuza Chaves, José Ignacio de Araújo Neves e Alexandrino Pereira Lopes.

Declarando que o cidadão nomeado para o de 1.º membro substituto do conselho de intendencia do municipio do Cuité, chama-se Ignacio Gomes da Silva e não Trajano Gomes de Oliveira, como por engano consta da portaria de nomeação.

Considerando sem effeito o acto de 7 do corrente mez, pelo qual foi nomeado Misael Gomes da Silva para o cargo de 2.º membro do conselho de intendencia do municipio do Cuité, por não ter accitado a respectiva nomeação, e nomeando para o referido cargo o cidadão José Venancio dos Santos.

Exonerando, sob proposta do dr. chefe de policia, Manoel Antonio Ferreira Serrano, Joaquim Pereira Barroso, Sivio Franco de Carvalho Nobrega e Leonel do Rego Toscano de Brito dos cargos de delegado e respectivos supplentes do termo de Mamanguape, e nomeando para substituí-los os cidadãos José Maria Lydiano de Albuquerque Mello, Gabriel Archonjo Rodrigues de Mello, José Pedro Baptista Carneiro e Antonio Pedro Gonsalves.

Exonerando dos de subdelegado, 1.º e 2.º supplentes do 1.º districto do mesmo nome, Francisco Ignacio Peixoto de Vasconcellos, Francisco Alves Cordeiro e Francisco Anacleto Ferreira de Albuquerque, e nomeando para substituí-los os cidadãos José Fernandes Ferreira, José Caetano Targes Junior e João Caetano Alves de Lima.

Exonerando dos de subdelegado e respectivos supplentes do 2.º districto, Arthur Altino de Andrade Espinola, Victor de Paula Ferreira, José Soares de Mendonça e João Peixoto Vellozo Republicano, e nomeando para substituí-los os cidadãos capitão Pedro Gonçalves da Cunha, Arthur da Silva Loureiro, João Peixoto Vellozo Republicano e Victor de Paula Ferreira.

Exonerando dos de 1.º e 2.º supplentes do subdelegado do districto de Jacaraú Miguel Carneiro de Oliveira e Antonio Virrissimo da Nobrega e nomeando para substituí-los os cidadãos Francisco Leopoldo de Albuquerque Maranhão e Francisco Antonio Madruga Lisboa.

Exonerando dos de subdelegado e respectivos supplentes do de S. João Ildelfonso Gomes de Andrade, Joaquim Florentino Carneiro da Cunha, Joaquim Emygdio Pereira de Souza e Antonio Felix da Silva e nomeando para substituí-los os cidadãos Joaquim Monteiro Carneiro da Cunha, Domingos José Duarte, José Theotônio de Carvalho e Francisco Fernandes da Silva Carvalho.

Exonerando dos de subdelegado, 1.º e 2.º supplentes do da Bahia da Traição Francellino Duarte Pimentel, Herculanio de Albuquerque Lacerda e Alexandre Arminio de Almeida Nobrega, e nomeando para substituí-los os cidadãos Francellino Duarte Pimentel, Pedro Nunes de Carvalho e Manoel Theotônio Casado.

Exonerando dos de delegado e respectivos supplentes do termo de Misericordia Antonio de Araújo Calado, José Correia da Silva, Manoel Barreiros dos Santos e Antonio de Arruda Cavalcante, e nomeando para substituí-los os cidadãos João Severino da Silva José da Fonseca Caianna, Josino Gomes Pereira e João Vieira de Souza.

Exonerando dos de subdelegado e supplentes respectivos do districto do mesmo nome Venceslau Lopes da Silva, Victaliano José dos Santos, Manoel Barreiros dos Santos Sobrinho e Manoel Gomes de Mello, e nomeando para substituí-los os cidadãos Virgolino Rodrigues de Souza, Ernesto de Araújo Medeiros, Alfredo Graciano Pereira de Alexandria e José Gomes Duarte Sobrinho.

Exonerando do de delegado do termo de Cabaceiras Agostinho Clementino de Borja Castro e nomeando para substituí-lo o cidadão Pacifico Enéas Cavalcante.

Exonerando do de subdelegado do districto de S. Sebastião, do termo de Campina Grande, José Joaquim de Araújo Pedrom

e nomeando para substituí-lo o cidadão João José da Silva Coitinho.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia para os fins devidos.

Declarando que o cidadão nomeado por portaria de 18 do corrente mez para o cargo de delegado do termo de Alagôa Nova, chama-se Antonio Belizario Fernandes da Silva e não Belizario Fernandes da Silva, como consta da referida portaria.

Concedendo tres mezes de licença, com os vencimentos que por lei lhe competirem, ao official maior da secretaria do governo, capitão Mariano Rodrigues Pinto, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Prorogando por 15 dias, na conformidade do art. 27 do dec. n.º 69 de 30 de setembro ultimo, o prazo marcado aos bachareis Manoel Maria Tavares da Silva e Manoel Cabral de Mello, aquelle nomeado juiz de direito da comarca de Conceição e este para igual cargo da de Piancó, para solicitarem os seus titulos e assumirem o respectivo exercicio.

## DESPACHOS

Francisco Cavalcante Carvalho Nobrega.—Informe ao thesouro.

Mariano Rodrigues Pinto.—Como requer, com os vencimentos que por lei lhe competirem. Manoel Gomes de Freitas.—Informe o thesouro.

Desembargador Francisco Juvita Cavalcante de Albuquerque.—Em vista da informação da thesouraria de fazenda, indeferido.

DIA 26

### Portarias

Concedendo tres mezes de licença, sem vencimentos, na forma da lei, a professora interina da cadeira do ensino primario da povoação de Sant'Anna do Congo, D. Maria Ayres de Souza Magalhães, para tratar de sua saúde, onde lhe convier.

Concedendo tres mezes de licença com ordenado, na forma da lei, ao professor publico vitalicio da povoação de Tamboá João Francisco Casado de Lima, para tratar de sua saúde.

Comunicou-se ao director da instrucção publica, para os fins devidos.

Exonerando, a pedido, o cidadão Antonio Pereira de Castro Pinto do cargo de guarda da meza de rendas da cidade de Mamanguape.

Exonerando a pedido, o cidadão Antonio Borges Leal do de collecter e estacionario fiscal das rendas do Estado, da villa de Princeza, visto ter accitado o de juiz districtal da mesma villa.

Remetteu-se as portarias ao inspector do thesouro do Estado para os fins convenientes.

Nomeando, sob proposta do commandante da 1.ª secção do batalhão de reserva da guarda nacional do commando superior da comarca da capital, nos

termos das leis n.ºs 602 de 19 de setembro de 1850 e 2395 de 10 de setembro de 1873 e dec. n.º 5573 de 21 de março de 1874 o guarda Francisco da Silva Ramalhe Sobrinho para o posto de capitão da 2.ª companhia da referida secção.

Deu-se conhecimento ao commandante superior da guarda nacional da comarca da capital, para os fins devidos.

Exonerando, sob proposta do dr. chefe de policia, os cidadãos José Ribeiro Bessa, João de Azevedo Farias e Augusto José Coelho dos cargos de subdelegado, 1.º e 2.º supplentes respectivos do 2.º districto da Bahia da Traição, do termo de Mamanguape, e nomeando para substituí-los os cidadãos Daniel Toscano Coelho, Francisco Ribeiro Beije e Luiz Honorato da Silva.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia, para os fins convenientes.

### Offícios

Ao inspector do thesouro do Estado, communicando, para os fins convenientes, que nesta data o cidadão Jacintho José da Cruz assumiu o exercicio do cargo de juiz de direito da 2.ª vara da comarca desta capital, na qualidade de 2.º supplente respectivo, conforme participou em officio de hoje datado.

Ao mesmo remettendo, para os fins convenientes, copia do dec. n.º 5 de 23 do corrente mez, que revogou a tabella D. annexa ao dec. n.º 47 de 29 de novembro de 1891, na parte que trata da cobrança das matriculas no lyceu parahybano.

## DESPACHOS

Officio do engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu.—Informe a thesouraria de fazenda.

Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque.—Informe o thesouro.

D. Virgolina Marcolina de Paiva.—Fica concedido o prazo de tres mezes.

Raphael Angelo de Moraes Valle.—Sim.

Offícios do superintendente da estrada de ferro Conde d'Eu.—Pague-se.

## O PARAHYBANO

### Congresso e Magistratura

V

Tomamos o compromisso de demonstrar que pôde-se instituir uma magistratura, satisfazendo os interesses da causa publica, e economisando-se uma grande parte da despesa instituida pelo ex-governador Venancio Neiva, em virtude da organização judiciaria elaborada no irritado decreto de 30 de setembro.

Vamos, portanto, dar os motivos de nossa asercão.

Já aventámos a idéia de uma divisão de todo o Estado em 12 comarcas.

Providas essas 12 comarcas de juizes de direito e de promotores publicos ou procuradores da justiça, como se os quizer denominar, fixando-se para aquelles os vencimentos annuaes de 3:600\$000, e para estes de 2:400\$000, teremos a despendar a quantia de 72:000\$000.

Creado na capital um tribunal com cinco desembargadores e um secretario, aquelles com os

vencimentos annuaes de cinco contos de réis e este com o de dois contos e quatrocentos mil réis, teremos que dispendera quantia de 27:400\$000, o que tudo prefaz o computo de..... 99:400\$000.

Dada a criação, como planeamos, economisa-se a quantia de 46:800\$000, que para mais absorve a organização venanciana.

Não é tão pouco, para que não ponha mãos á obra a patriótica junta governativa, em quem reconhecemos competencia para destruir esse aborto informe, sahido da gestação venanciana, e crear essa importante instituição *ad referendum* do congresso, que deverá sahir das urnas livres, trabalhadas por uma lei eleitoral garantidora da manifestação da soberania popular.

Quanto ás leis processuaes, enquanto não se reunir o congresso não precisamos de melhores, do que as leis existentes, naquillo que não forem contrarias á forma de governo adoptada: a republica federativa dos Estados Unidos do Brazil.

Assim organizado o poder judiciario, a digna junta governativa no mesmo decreto de sua criação, estabelecerá um corpo de juizes auxiliares, que não sendo magistrados, nem tendo remuneração pelo cofre estadual, ficará collocado na altura de bem servir aos interesses da justiça, garantindo os direitos do povo de cujos pares devera sahir.

Diante dessa criação desapparecerá o que talvez pareça grande circumscripção territorial para a constituição de uma comarca.

As comarcas serão comprehensivas de diversos municipios, e estes de districtos, em cada um dos quaes existirá um juiz com a denominação que lhe quizerem dar, parecendo mesmo ser mais propria a denominação de juizes



apti-  
attri-  
tidos.

A estes, não se conferia a faculdade de julgarem as causas não excedentes de trezentos mil reis, com apelação para o juiz de direito, e bem assim de preparam os feitos excedente, daquela quantia até a sentença exclusiva, que será proferida pelo juiz de direito com apelação para o tribunal da relação.

Prepararão também nos seus districtos os processos criminaes com a nomeação de um promotor ou procurador da justiça *ad hoc*, até pronuncia exclusiva, que pertencerá ao juiz de direito com recurso voluntario para a relação do Estado.

O procurador da justiça fallará em todos os feitos criminaes, antes de ser proferida a sentença do juiz de direito, para o fim de requerer as diligencias que julgar necessárias, quer para evitar nullidades, quer para melhor esclarecimento da verdade.

Em cada município que reunir as condições legais haverá um tribunal de jury criminal, e nos districtos um tribunal correccional.

Que excepção poderão oppôr a este nosso esboço de organização judiciaria?

Com ella traz-se a justiça á porta de cada cidadão, não prevalecendo objecção alguma, como por exemplo a da falta de habilitações, nem tão pouco da falta de independencia necessaria para que a justiça seja distribuida com integridade e rectidão.

Os juizes districtaes ou populares são de eleição popular, e nisto resume-se a maior somma de garantias para o desempenho de suas attribuições.

Quem pôde melhor escolher os seus juizes do que aquellos que tem de submeter-se á sua jurisdição?

Certamente ninguém mais interessado do que o eleitorado de todos os districtos na escolha dos homens mais criteriosos, circumspectos, cheios de moralidade e de integridade de animo, quando sabem que a elles vai ser conferida uma boa somma de attribuição sobre observancia das formas processuaes, verdadeiras garantias dos direitos individuaes contra as exorbitancias de poder que porventura possa ter este ou aquelle juiz, e, portanto, sujeito ás leis da responsabilidade legal.

E quando não fosse o correctivo da escolha eleitoral para o pagamento da exhibição de excellentes juizes, teriamos o grande e poderoso correctivo do pagamento confiado á justiça togada nos quaes se presume a

conhecimento da isenção de animo pleitos agitados e auxiliares. poderão objectar com as nos feitos, porque as não se podem dar, e são iguaes ás que se podem verificar com o grande numero de comarcas, de cujos juizes nos seus julgamentos dá-se inevitavelmente a demora pelos recursos interpostos para o tribunal da relação.

Não se pôde também objectar com a inhabilitação dos juizes auxiliares, porque mesmo a criação de 29 comarcas não os dispensa, e em piores circumstancias, como a de ficarem muitas vezes os substitutos leigos dos juizes de direito com a plena jurisdição nos impedimentos destes.

Na organização que ideamos excluimos a possibilidade de plena jurisdição nos substitutos dos juizes de direito, pois pensamos, que taes substitutos devem limitar-se ao papel de simples preparadores, para serem, dados impedimentos dos juizes proprietarios, julgadas as causas e processos pelos juizes das comarcas mais visinhas.

Atravessamos uma quadra melindrosissima, qual seja a da reconstrução da patria, e por isto mesmo pensamos que todos os cidadãos se devem empenhar no serviço da causa publica, uma vez que estamos em pleno dominio do governo do povo pelo povo.

Portanto, não poderá ainda, contra a nossa organização, prevalecer a objecção de falta de estímulo dos juizes auxiliares na ausencia de uma remuneração aos seus serviços.

E que melhor estímulo além do sentimento nobre de patriotico dever que se deve aninhar no coração dos bons brasileiros, certos de que, delegando uma somma de suas faculdades ao poder publico instituido, lhes fica reservada uma parte dessas faculdades, para serem por elles mesmos exercitadas?

Depois não encontrão os juizes de eleição popular um grande correctivo á seus actos, na eleição de que dependem, pela segurança, além da responsabilidade legal, de que não serão reconduzidos, se deixarem de cumprir fielmente o mandato, que lhe tinha sido conferido pelo corpo eleitoral?

Ninguém o poderá contestar. E se não devem ser creados os empregos por amor do pessoal que os venha occupar, mas por amor do desempenho das funções de cada um dos poderes constitucionaes, não podemos, nem devemos desprezar a melhor organização adaptada ás nossas forças, que não devem ser hauridas em beneficio exclusivo do funcionalismo.

Empenhados nesta cruzada,

damos o testemunho do maior desprendimento de qualquer ordem de interesses individuaes, para ater-nos sómente ao interesse da communhão parahybana, ficando-nos a inteira satisfação da consciencia, que nos diz termos cumprido um sagrado dever de um cidadão que sómente propugna pelo engrandecimento de sua patria; dever tanto mais gostosamente cumprido, quanto nos julgamos fiéis interpretes da opinião dos nossos co-cidadãos.

Prosiga a junta governativa com o levantamento de vistas de que tem dado exuberantes provas, e a Parahyba agradecida lhe saberá render os devidos preitos e justas homenagens.

Em o nosso IV artigo, derão-se duas graves incorrecções, quaes sejam a do período:

Dia á dia exhibe-se por actos da mais condemnavel correcção &c... quando deve-se ler: actos da mais consummada correcção.

E no final do artigo que deve-se ler 86:800:000 em lugar de 14:200:000.

Fica assim restabelecida a verdade do autographo.

#### Anarchistas

O que pretendem os insipientes de desordem da nefanda situação decaída com o procedimento atrabiliario, que exhibem sem o minimo ceíl de civismo ante nossa sociedade a paz o justo banimento, a que foram relegados pelos seus tresvários governativos?

O que pretende essa cohorte de contradictorios adhesistas a paz o descalabro, em que attiraram o paiz mais adeantado e poderoso da America do Sul, empregando o embuste e a timanhas futeis e ridiculas com o fim de expor em a animadversão publica aquellos, que não trepidam diante de quaesquer sacrificios em favor do bem-estar e nobilitação de nossa nacionalidade?

O que pretendem esses politiqueros bastardos, que se extorcem do desespero á vista dos esforços de seus conterraneos empennados em restabelecer o dominio da legalidade e regular orientação de um governo moralizado e patriótico?

O que pretendem com as mentirosas bnalidades que assealam; com os conselhos anarchicos e alliciações criminosas, que espalham e promovem entre a população desprevenida e incauta, inoculando-lhe idéas e accções contra os mais instantes interesses da Federação e dos Estados?

Julgam não ser bastante o quanto praticaram de má e pernicioso durante o tempo, em que estiverem no poder, dirigindo ineptamente os destinos do paiz?

E mister que se contenham. Tão condemnavel procedimento, denotando a falta absoluta de comprehensão acerca das condições especialissimas em que arremessaram nossa patria, sómente pôde ter por causa o reprovado proposito de submergir-a no baratro de infortúnios que a ameaça.

Querem o desbarato e anarchia de todas as instituições! Para ellas os grandiosos vultos que presidem a direcção dos negócios publicos, são pignus

ousados que visam sordidos interesses, apezar dos sacrificios que fazem em favor da tranquillidade, ordem e progresso nacionaes.

Contestam cavilosamente a legitimidade e legalidade do actual governo, qualificando-o de revolucionario, sem intuitos elevados e sem predicações que o recomendem a estima e consideração publicas!

Entretanto, o que fizeram durante o longo estado em que estiveram no poder?

Falsos adeptos das idéas republicanas, sequezes impustores de todos os systems de governo, tendo encontrado o paiz marchando no vasto caminho de todos os desenvolvimentos da actividade humana, longe de conduzi-lo ao engrandecimento a que é destinado, o arrojaram a especulações desbragadas que o reduziram a posição das mais desacreditadas nações.

Atacaram e adulteraram todas as instituições que nos honravam, fructo do labor e previdencia de nossos operosos e illustres antepassados; substituído-as por fantasiosas produções de engenhos subversivos e arredios dos seus principios da moral e civilização.

Plantaram o desrespeito á lei, e ao principio de autoridade entre todas as classes, inoculando-lhes idéas obnoxias sobre os deveres de cidadão de um paiz livre e civilizado.

Elevaram a desordem e deservoltura em norma de administração de todos os serviços publicos.

Emfim, lançaram a confusão e desprestigio em tudo quanto deviam zelar e fora estabelecido em prol do engrandecimento nacional.

Nem ao menos poupavam e respeitavam o solo da patria! Procnravam esphacelar-o, entregando-o em grande parte, contra expresso e incontestavel direito e com menosprezo dos brios e dignidades nacionaes, á estranha nação pretenciosa e ciumenta de nossa grandeza e desenvolvimento.

Eis o legado que os taes desordeiros deixaram a actual situação politica, de que malinam e a qual intentam embarcar por meios indignos e inconfessaveis.

Isso fallando em geral.

Quanto, porém ao que occorre neste Estado, a seita d'aquelles mãos cidadãos se estende e expande a olhos vistos.

Além de haver concorrido sob o pernicioso mando dos Barretos, Neivas, Firmãos e demais celebres adhesistas de todos os tempos e opiniões, para o aviltamento dos caracteres, esbanjamento dos dinheiros publicos, anniquilamento de nossas finanças, analfabetismos e extorsões contra os empregados publicos e innumeros outros males, que assolam a Parahyba, continúa impavida e teneza na marcha de subversões com que nos ameaça.

Espera maniacamente pelo restabelecimento do negregado *neivismo*, sem se lembrar de que as pestes por mercê de Deus, si apparecem, são sempre passageiras e combatidas pelos apostolos da caridade e da sciencia.

Continuaremos, portanto, a combatel-a, certos de que havemos de restaurar a ordem moral e civil neste Estado, momentaneamente perturbada pelas estultas maquinações da mesma seita, sem que estas nos detenham ou impeçam no cumprimento dos nossos deveres de cidadãos livres, independentes e patrióticos.

**O sr. dr. Argemiro de Souza**

Não tivéssemos nós promettido a resposta ao artigo publicado pelo sr. dr. Argemiro de Souza em o *Estado do Parahyba* de 24 do corrente, certamente nem mais uma palavra diríamos sobre a questão que chamou á terceiro o redactor-chefe do orgão que representa pura e simplesmente os interesses de uma familia; e nada mais diríamos sobre tal assumpto, não por desatenção ao illustre cavalheiro, mas porque s. s. nada adiantou sobre o ponto capital do assumpto: passou, com effeito, o marechal Floriano Peixoto telegramma ao coronel Savaget determinando-lhe que entregasse o governo ao dr. Venancio Neiva?

Ecco il problema, como diria Aristophanes.

Limitando-se, por a sem dizer, a publicar o primeiro telegramma recebido pelo coronel Savaget, o sr. dr. Argemiro achou que isto tudo esclareceu, e que com as suas ultima-verba—são desta questão limpo de culpa e pena o sr. coronel João Neiva!

Não, não basta isto: a fé de officio do sr. coronel João Neiva e a palavra honrada do sr. dr. Argemiro de Souza não são provas sufficientes, para s. s. ter a pretensão de lançar-as como ultima-verba—em uma questão seria e em que acha-se envolvido o nome do inlyto marechal Floriano Peixoto!

E nós, sem podermos levantar o véo que encobre uma tal questão, sem dever mesmo trazeremos para esta discussão a respeitavel individualidade do sr. vice-presidente da Republica, podemos entretanto garantir ao sr. dr. Argemiro contendor que o distincto coronel Savaget não teve ordem para entregar o poder ao dr. Venancio, se este tivesse sido deposto, como de facto o foi no dia 27 de dezembro.

Admittindo que o telegramma que o sr. dr. Argemiro publicou tenha com effeito a origem que se lhe dá, e o que se lê ali? Vejamos:

«Coronel Savaget. Consta haver governador Venancio passado o poder a vós; se verdade, chamaes substituto legal e entregue governo» &c

Se o dr. Venancio tivesse, por outro qualquer motivo que não em virtude de deposição, passado o governo ao coronel Savaget, não só este teria commettido um erro em acceital-o, como aquelle maior erro ainda por ter deixado de o transmitir a qualquer um dos seus substitutos legais; pois, diz o telegramma: *consta* haver governador Venancio passado o poder a vós; mas, passado o poder porque?

O presidente da Republica ignorava, por isso diz ao coronel Savaget: *se for verdade*, se com effeito o governador Venancio vos

passou o poder, entregue-o a quem de direito.

Isto é logico.

Mas, quaes foram as occurrencias que levaram o governador Venancio a passar o governo ao coronel Savaget? Eis o que o marechal Floriano Peixoto ignorava, eis onde a luz principia a extinguir-se! A duvida assalta o espirito do author do telegramma, que sabe não poder nem dever confiar *in totum* nas informações que lhe são prestadas pelos interessados, e por isso diz ao coronel Savaget: *dai-me conta resultado, bem como quaes occurrencias que levaram governador assim proceder.*

Erão taes occurrencias que o marechal Floriano Peixoto ignorava; era para evitar que a verdade chegasse até elle que urdiase nas trevas, rolasse embora no chão uma nobre fé de officio!

Vê, pois, o nosso illustre contendor que o telegramma, que lhe servio de pretexto para longo artigo, nada prova ou prova de mais, e que com elle não conseguiu cobrir a suspeita carga... E' um telegramma hypothetico, de *consta* e se, o que torna evidente o que o marechal Floriano Peixoto ignorava os acontecimentos do dia 27 e que tinham dado logar a que o dr. Venancio passasse o governo ao coronel Savaget, desconfiando sempre das informações que lhe erão prestadas, visto como a verdade sobre os acontecimentos da Parahyba não tinha conseguido ainda penetrar no palacete Itamaraty.

Só mais tarde foi que ella chegou, e então fez-se a luz!

E como não queremos nos alongar muito pedimos licença ao sr. dr. Argemiro para fazer aqui ponto, promettendo opportunamente tomar em consideração o seu artigo do dia 27.

#### General Ourique Jacques

De passagem para o Recife, esteve em Cabedello á bordo do paquete nacional *Pernambuco*, o bravo general Joaquim Mendes Ourique Jacques, commandante do 2º districto militar e presidente da junta governativa do visinho Estado de Pernambuco.

Secc. regressa do Ceará para onde seguira á bordo do vaso de guerra *Liberdade*.

Apresentamos ao distincto cidadão os nossos respeitosos cumprimentos.

Em Mulungú, falleceu ha dias o sr. João Paulo Travasso de Arruda, que por muitos annos fora aqui mestre da musica do corpo de policia e era fiscal do matadouro publico.

A' sua familia apresentamos nossas condolencias, e especialmente aos nossos amigos capitão Veiga Torres e Antonio de Aquino.

#### Estado

Acha-se, ha dias, entre nós, vindo de Pernambuco, o dr. Manoel Cabral de Mello, juiz de direito da comarca de Ingá, de cujo cargo foi illegal e arbitrariamente destituido pelo ex-governador, que o designou para a de Piancó, por motivos que só podem honrar a toga do digno e intelligente magistrado.

Saudando ao dr. Cabral, fazemos justos e sinceros votos pela sua reintegração, restabelecido e reorganizado o verdadeiro regimen judiciario do Estado.

#### Partida

Com destino á Europa, partirá ante-hontem no vapor *Pernambuco*, em direitura ao Recife, onde embarcará no paquete inglez alli esperado do sul, o engenheiro civil J. P. H. Duns-mure, digno superintendente da estrada de ferro Conde d'Eu.

Cavalheiro honrado, illustrado e de aprimorada educação moral e civica, o dr. Duns-mure, pela inextinguivel correcção de sua conduta na vida publica, profissional e particular, tem captado as mais justas sympathias da *elite* da sociedade parahybana.

Representante aqui do mais importante melhoramento material do Estado, já realizado a via ferrea Conde d'Eu,—não foi entretanto condignamente apreciado pelo ex-governador

que, com a mais inconfessavel prevenção, com a mais gratuita vontade e flagrante injusticia, movia guerra surda á superintendencia intelligentemente exercida por aquelle cavalheiro, para não dizer á empresa da mesma via ferrea, desconhecendo inepta e impoliticamente as vantagens presentes ou futuras, mediadas ou immediatas, actuaes ou realizaveis de toda viação, e servindo-se para tão impatrioticos e condemnaveis fins de instrumentos doces, individuaes pouco conscienciosos, sem titulos nem aptidões technicas, como por vezes aconteceu em casos de multas inaplicaveis e revoltantemente iniquas.

Boa viagem e feliz regresso ao illustre e estimado cavalheiro.

#### E. F. Conde d'Eu

Consta ter sido exonerado o engenheiro fiscal dessa estrada, sr. Antonio Augusto de Figueiredo Carvalho e nomeado o engenheiro civil Adolpho Cunha Lima Duprat.

#### Assim, sim!

Silencioso o *Estado* de hontem! sómente o das *Glosas* e aquelle que todos os dias ordena que se acatelem nos consules e os povos do Brejo do Cruz.

Assim, sim! porque o *Estado* com o seu muito fallar está todos os dias a comprometter os seus amigos. O director da bibliotheca com a bibliotheca do contemporaneo foi mettido em um becco sem salida, e á esta hora talvez medite elle sobre a differença que vai entre a physiologia cerebral e as contracções das fibras do estomago.

Vê o *Estado* que a sua sabedoria deve hoje consistir em fallar o menos possivel, do contrario colloca os seus amigos em posição muito esquerda.

#### Para o «Estado» lêr

Emseu-Retrospecto de 1891—eis o que diz o *Jornal do Commercio* sobre o papel de governadores dos Estados em frente ao attentado de 3 de novembro e depois d'elle, e consequentes disposições desses governadores.

Todos sabem que valor tem os conceitos do grande e circumspecto orgão da imprensa brasileira; por isso chamando para o que se vai ler a attenção do *Estado*, pedimos ao collega que medite sobre as palavras do *Jornal*, que entretanto falando mais de uma vez no auxilio da força federal ás disposições dos governadores, tendo dito que o «povo de varios estados entrara a fazer justica por suas mãos, pondo-se em armas contra elles» (governadores), só pôde ser comprehendida a intervenção da mesma para evitar derramamento de sangue, como de facto se deu.

Depois de salientar as congratulações dirigidas pelos governadores ao marechal Deodoro pelo golpe de Estado, commenta aquella folha:

«Immediatamente depois que o marechal Floriano iniciou o seu governo, a Nação contemplou enverganhada o movimento operado pelos governadores dos estados em sentido opposto ao que fizeram a 4 de novembro.

Adherião todos ao governo da legalidade, com laivos de indignação contra a dictadura. «Dei immediatamente conhecimento a todo o estado (das occurrencias), dizia-lhe o governador do Paraná, e cumprimos as vossas ordens, a constituição e as leis! Faço votos pela felicidade do governo de v. ex., diz o de Sergipe. O sr. Miguel de Castro, do Rio-Grande do Norte, que affirmava a sua lealdade á constituição, felicitando a quem a rasgava, balbuciava pelo telegrapho:

«Este estado confia que continuarei como primeiro magistrado da Republica a dar prova do vosso amor á patria brasileira, podendo contar com a nossa adhesão em prol da republica federativa».

E como esses, os mais todos vinhão processionalmente felicitando o restaurador da legalidade, como haviam felicitado a dictadura proclamada. Congressos estaduais houve que votaram moções radicalmente divergentes das que, vinte dias antes, haviam sido votadas. Entrára, afinal, no espirito dos governantes dos estados a noção do crime do dia 4! Era, porém, um pouco tarde; e o povo de varios estados entrou a fazer justica por suas mãos, pondo-se em armas contra elles. Aqui salientamos o grande tropico que o governo do marechal Floriano encontrou logo nos primeiros dias. O governador das Alagoas foi deposto com o auxilio da força federal; o da Bahia também foi; e depois o de Sergipe, do Rio Grande do Norte, de S. Paulo de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Paraná, do Espírito Santo, de Santa Catharina, quasi todos emfim! O clamor dos que cahião, só se podia medir pelos hymnos dos que subião. E em face do presidente levantava-se a accusação de que elle rasgara a constituição, tal como o fizera o marechal Deodoro. A verdade era que o general Floriano não dera á revolução victoriosa de 23 de novembro o des-

envolvimento que ella logicamente reclamava. A revolução abortou na sua segunda parte. A volta á constituição foi feita, quando ainda a revolução não havia percorrido toda a sua órbita. De facto a revolução não fôra feita contra a pessoa do marechal Deodoro e de seus ministros, mas contra a ordem de cousas por elles instituida no paiz. Não havia constituição, desde que ella fôra trahida a 4 de novembro; não havia republica federal, desde esse dia. O que aqui se havia implantado era o despotismo; o que esses governadores exercião nos estados, erão meras delegações do despotismo do centro. Triunphante aqui a revolução, não era natural e logica que essa victoria se estendesse aos estados, apoiando os serventuarios da dictadura para dar lugar á sua reconstrução legal? Não era logico que o regresso a constituição se desse em todo o paiz, restaurando-se de facto a republica federal?

Seja como fôr, não foi isso o que se deu. As disposições dos governadores foram eutros tantos movimentos revolucionarios parciais, a que officialmente foi estranho o governo do centro.

Entretanto, a muitos dos estados foram enviados delegados pessoais do presidente, incumbidos, ao que parece, de harmonisar a situação ou de aconselhar os governadores a se demittirem. Estas embaixadas não tiveram exito; e, em regra, os governadores só abriam mãos de seus cargos quando se vião privados do apoio da força federal. Em muitos, o facto consummou-se sem mais trabalho que o da transmissão de alguns telegrammas; em outros, houve luta sangrenta. No Rio de Janeiro perderão-se vidas; na Bahia houve luta; em Pernambuco deu-se um verdadeiro combate. De sorte que, poucos dias depois de ascensão do novo governo, havia em todos os espiritos, no paiz inteiro, a mais profunda agitação».

#### Superintendencia da E. F. Conde d'Eu

Acha-se interinamente no lugar de superintendente dessa estrada o sr. Alberto T. Connor, chefe da contadoria da mesma.

#### Bibliotheca Publica

Foi este estabelecimento frequentado ante-hontem por 13 pessoas e hontem por 22 ditas.

(Do *Jornal do Commercio* de 13 do corrente.)

**Nevelia**

*Elle não é um filho má!*

«Não é Venancio, não, não deshoneste como Nero que Sporus namorava; Nem ao povo sua tão infame. Que se pense que o povo o não amava; Nem ao nome de honra preso, o atesto, Que a cidade vendesse, em que morava; Nem como o moleiro foi flagrado, Nem como o moleiro foi flagrado, Camões Fureo».

#### SERVIÇO MILITAR

DIA 29

Ronda á guarnição o sr. alferes Pedro Alexandrino Beckman.

Estado maior o sr. alferes João Alexandre Bastos. Alistou-se voluntariamente um individuo, que em inspecção de saúde, foi julgado apto para o serviço do exercito.

DIA 30

Ronda á guarnição o sr. alferes Augusto Alfredo de Lima Botelho.

Estado maior o sr. alferes Antonio Agripino de Souza Nazareth.

#### APEDIDOS

C. J.

De ordem do cidadão presidente do Club Juventude convidado aos srs. socios para a sessão d'assembleia geral que terá lugar ás 8 horas da noite de sabado 30 do corrente afim de se proceder a eleição da nova directoria.

Secretaria do Club Juventude, 27 de janeiro de 1892.

O r. secretario

Ramalho Sobrinho.

Tendo sido até hoje exemplar, o procedimento do fiscal Francisco Gomes de Lima, já como particular, já como funcionario publico, venho per meio do presente manifestar a minha gratidão a este distincto cidadão.

Assim, também tem sido sobre modo considerado, os relevantes serviços prestados á causa publica pelo mui distincto delegado do 1º districto capitão Cactano Daniel de Carvalho:

Parahyba 29 do Janeiro de 1892.

Um apreciador.

(2)

Companhia, restillação e tanoaria mechanica parahybana.

De ordem da directoria são convidados os srs. accionistas d'esta companhia a effectuar o pagamento da 4ª entrada do capital de 16 7/8, ao sr. director thesorreiro Antonio Pinto Guedes de Paiva, até o dia 8 de fevereiro proximo futuro.

Parahyba, 28 de janeiro de 1892.

O director secretario,

Augusto Gomes de Silva.

(1)

#### Protesto

Sendo eu foreiro de terras do convento de S. Benedita, de taquidade, pelas quaes



Pago a quantia de.....  
80\$000 rs, segundo se vê  
da escriptura que se acha  
em meu poder, e vindo, na  
forma do contracto que  
tenho com dito convento,  
realizar o pagamento rela-  
tivo ao anno proximo fin-  
do o sr. d. Abbade decla-  
rou-me só receber 100\$ e  
como isto pode para o futu-  
ro prejudicar-me venho fa-  
zer o presente protesto pa-  
ra garantia de meus direi-  
tos.

Parahyba 23 de Janeiro-  
de 1892.

Victorina do Rego Toscana de  
Britto

(1)

## EDITAES

O Conselho de Inten-  
dencia Municipal desta ca-  
pital, faz publico para  
conhecimento de quem in-  
teressar possa, que estão  
em vigor os prazos mar-  
cados nos editaes ns. 7 e  
9 do anno passado, man-  
dando substituir as varan-  
das de madeira pelas de  
ferro e fechar com fron-  
teiras os terrenos desoc-  
upados nas ruas calça-  
das; bem como que fica  
mareado o prazo de 30 di-  
as a contar de hoje, para  
os proprietarios dos predi-  
os urbanos mandarem con-  
certar as paredes e caia-  
rem as respectivas fren-  
tes, sob as penas da Lei,  
visto como não o fizeram  
no prazo marcado pelas  
posturas em vigor. Paço  
do conselho de intenden-  
cia municipal da capital  
do Estado da Parahyba,  
em 28 de janeiro de 1892.

O Presidente,

Cicero Brasiliense de Moura

O Secretario,

Antonio Jeronymo Monteiro

O Conselho de Intendencia  
Municipal desta Capital, faz  
publico para conhecimento  
de quem interessar possa,  
que em sessão de 21 do cor-  
rente mez, deliberou tornar  
de nenhum effeito o dizimo  
sobre lavoura e plantações  
nas e município e reduzir  
para 5\$000, o imposto sobre  
cachimbas que somente ven-  
derem agora e crear os im-  
postos de 5\$000 sobre cazas  
de farinha no mesmo muni-  
cipio, 200 sobre canoas de  
tijollo, madeiras e toros de  
mangue e 100 sobre as de  
capim e canna que descarre-  
garem no porto do Zumbi  
ou em outro qualquer desta  
capital e bem assim isentar  
do dizimo o peixe denomina-  
do «Charéo» de qualquer  
procedencia, que se vender  
nesta capital, ficando, po-  
rem sujeito ao imposto de  
consumo de 100 por cada  
mil.

Paço do conselho de in-  
tendencia municipal da ca-  
pital do Estado da Parahy-  
ba, 28 de janeiro de 1892.

O Presidente

Cicero Brasiliense de Moura

O Secretario

Antonio Jeronymo Monteiro

## ANNUNCIOS

### COLLEGIO S. LUIZ DE GONZAGA

Acha-se desde esta data  
aberto o estabelecimen-  
to, cujo nome encima este  
annuncio.

Elle apresenta as me-  
lhores garantias de eco-  
nomia, estada e aprovei-  
tamento aos alumnos.

O collegio S. Luiz de  
Gonzaga, relativamente  
ao plano de seu regula-  
mento, acha-se em homo-  
geneidade ao Collegio Dio-  
cesano, e portanto trata  
escrupulosamente e com  
esmero da educação in-  
tellectual, moral, civil e  
religiosa, de que tanto  
precisa a mocidade.

Tendo em vista o mes-  
mo Collegio preparar ho-  
mens que possuão condig-  
namente seguir as diver-  
sas carreiras de nossa so-  
ciedade, não cogita de ha-  
bilitar de modo algum  
alumnos a exames, so-

mente com vistas de agra-  
dar aos pais ou represen-  
tantes, apesar de deficien-  
cia dos conhecimentos  
precisos.

Quanto ás condições de  
admissão dos alumnos ou  
outras quaesquer instruc-  
ções, podem os interessa-  
dos se entender com o Di-  
rector ou substituto no  
mesmo estabelecimento,  
sito á rua Marechal De-  
odoro n. 121, de quem po-  
derão receber as informa-  
ções desejadas.

Parahyba 15 de Janeiro  
de 1892.

O Director,

Padre João Francisco Fernandes.

(1)

Escrivão de casamentos  
civis

Gabriel Fernandes de Car-  
valho Pinto tem escriptorio  
á rua Direita n. 30.

(1)

Ao publico

João Antonio Marques,  
professor jubilado, offere-  
ce-se para leccionar fran-  
cez, mediante modico pre-  
ço, podendo ser procura-  
do em sua residencia no  
Tambá.

## DESPENSA FAMILIAR

RUA MACIEL PINHEIRO Nº 19 A

Grande e variado sortimento de secos e molha-  
dos, como seão doces de diversas qualidades, confei-  
tos, geleia, e muitas outras especialidades.

Vendas a dinheiro para livrar os «Callas» sem  
ser dos pés.

Brevemente daremos a nota dos fabricantes (dos  
mesmos) se assim formos obrigados, e fiquem pre-  
venidos para não haver queixas depois, que estamos  
resolvidos a tornar-nos de pedra e cal.

CUSTODIO FIGUEIREDO & C.

## COMMERCCIO

### Alfandega

### RENDA GERAL

De 1 a 28 27:84\$139  
De hontem 18\$600

### RENDA DO ESTADO

De 1 a 28 4:29\$658  
De hontem

### PAUTA SEMANAL

De 25 a 30 de janeiro de 1892  
Preços dos generos sujeitos a  
direitos de exportação:

Aguardente de canna,  
litro 200 reis  
« « mel » 150 »  
Algodão em rama kilo 600 »  
Algodão em fio, kilo 650 »  
Arroz em casca idem 660 »  
« descascado idem 180 »  
Assucar branco idem 300 »  
« refinado branco 400 »  
« « mascavado id 240 »  
« bruto idem 146 »  
Borracha de manga-  
beina idem 1000 »  
Café bom idem 900 »  
« estulto idem 800 »

« torrado idem 1300 »  
Cal idem 050 »  
Carne de xarque id 400 »  
Charutos bons, em  
caixa, cento 4800 »  
« ordinarios 4800 »  
Couros de boi kilo 400 »  
Ditos de bodesa  
outros idem 1000 »  
Cigarros milheiro 7000 »  
Doce de goiaba kilo 800 »  
Fumo bom em  
folha kilo 900 »  
« ordinario id 700 »  
« em rolo id 900 »  
« picado id 1200 »  
« desfiado id 1500 »  
Feijão, litro 100 »  
Farinha de man-  
dioca idem 650 »  
Genebra idem 400 »  
Milho idem 650 »  
Ossos kilo 620 »  
Pannos d'algodão id 800 »  
Pontas de boi idem 100 »  
Queijos qualquer qua-  
lidade idem 1000 »  
Rapé idem 1000 »  
Sabão idem 333 »  
Sal litro 30 »  
Sementes d'algodão  
kilo 610 »  
Tartaruga idem 3000 »  
Unhas de boi idem 100 »  
Vellas stearinas kilo 1000 »  
Vinagre tinto litro 200 »  
« branco idem 400 »  
Vinho branco idem 300 »  
Vella de cera kilo 1600 »  
Alcool litro 300 »  
Grava e sebo kilo 400 »

## PHARMACIA CENTRAL

RUA MACIEL PINHEIRO N.º 43

E' uma realidade conhecida o effeito prompto dos *Especificos Homeopathicos* do Dr. Humphreys.

Alem do sortimento completo de especificos em carteiras e vi-  
dros soltos para o tratamento de todas as enfermidades a vinda  
as *Especialidades* para o tratamento da epilepsia molestias nervo-  
zas syphilis e hemorrhoidas.

As carteiras completas são acompanhadas de um grande ma-  
nual em rica encadernação. Vende-se separadamente tambem o  
mesmo livro, e dá-se gratuitamente pequenos manuaes que ensi-  
nã o tratamento das molestias com os especificos homeopathi-  
cos.

A maravilha Curativa e o Azeite Amamelles são do mesmo au-  
tor e applicão-se no tratamento do rheumatismo, feridas, golpes,  
nevralgias, inflamações e dor de dentes o primeiro, o segundo no  
curajivo das fistulas, hemorrhoidas, queimaduras, contusões, gol-  
pes, rheumatismos, dartsos, impingens, callos etc.

### SUCCESSO JA CONHECIDO

Vende-se na Pharmacia Central de José Francisco de Moura  
Rua, Maciel Pinheiro 45.

### PARA SEZÕES

As verdadeiras pilulas do Pará e o Remedio contra sezões de  
Ayer vendem-se na Pharmacia Central de José Francisco de  
Moura. Agente unico n'este Estado.

## Oleo de São Jacob

Este importantissimo remedio para rheumatismo, nervalgia to-  
da a qualidade de dor vende-se na Pharmacia Central José Fran-  
cisco de Moura.

—Unico Agente n'esta capital—

### MORDEDURA DE COBRAS

E agente a Tintura de Perianthopodos, Alves Camara Pharma-  
ceutico José Francisco de Moura e vende-se na Pharmacia  
Central.

Agencia de todos os preparados do Pharmaceutico Alves Ca-  
mara de S. Paulo.

### O VIGOR DO CABELLO DE AYER

Vende-se na Pharmacia Central.  
Agencia de todos os preparados do Dr. Ayer.  
Preços mais baratos que em outra parte.

### ELIXIR DE CARNAUBA

Este importantissimo remedio cura de modo rapido maravilhoso  
o rheumatismo, as molestias syphiliticas escrophulosas e das  
mulheres; é exclusivamente preparado na pharmacia Central de  
José Francisco de Moura.

### TINTAS PARA PINTURA

Vende-se por preços mais baratos que em outra, na Pharmacia  
Central.

## HOMOEOPATHIA

(Da grande casa especialista Catallan Frères, de Paris)

O Chocolate homeopathico, bem como grande sortimento de  
remedios homeopathicos em tinturas e globulos,—em vidros a-  
vulsos e em ricas carteiras ara o bolso, encontra-se na Pharma-  
cia Central.

Typ. do Jornal da Parahyba, Rua Direita n.º 53